

Brasil pede prorrogação do crédito de curto prazo

NILTON HORITA

SÃO PAULO

— O Ministério da Fazenda enviou telex à comunidade financeira internacional, quarta-feira passada, solicitando prorrogação do prazo de vencimento das linhas



Antônio de Pádua Seixas

de curto prazo (recursos de US\$ 30 bilhões que servem para financiar as exportações e também de caixa para as agências de bancos brasileiros no exterior) para 31 de dezembro, informou, ontem, o Diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, acrescentando que essas linhas venceriam no final do mês.

Pádua Seixas revelou, ainda, que o Governo brasileiro pretende reiniciar as negociações com os banqueiros internacionais alguns dias antes da Assembleia Anual do Fundo Mo-

netário Internacional (FMI). Nessas negociações, os brasileiros irão solicitar que os contratos das linhas de curto prazo passem a ter prazos de vencimento superiores ao período de um ano, como vem sendo praticado no momento.

Além disso, adiantou Pádua Seixas, o Governo brasileiro quer resolver, já em setembro, o financiamento de US\$ 7,6 bilhões devido a título de pagamento dos juros do biênio 87/88. Os juros a serem pagos nos anos subsequentes, segundo a proposta brasileira, serão discutidos anualmente, sempre nos meses de junho e julho, quando o Governo já dispuser dos dados referentes ao desempenho do superávit comercial, e, assim, puder analisar as reais necessidades de financiamento.

Pádua Seixas disse que os credores já se conformam que o principal da dívida será rolando por 15 ou 16 anos e repetiu que o Brasil não deseja acordo formal com o FMI. Os juros que vencerão em 88 somarão US\$ 4,8 bilhões, dos quais o País poderá pagar US\$ 1,9 bilhão. A perda de reser-

vas desse ano está em US\$ 967 milhões.

As revelações de Pádua Seixas foram feitas para um grupo de 30 especialistas de bancos brasileiros e internacionais, ontem, em almoço reservado, promovido pelo Forex Clube (entidade que reúne os bancos estrangeiros no Brasil). O Diretor da Dívida Externa do Banco Central afirmou que a eventual reclassificação do Brasil como inadimplente pelo Comitê Interagências americano não vai representar mudanças no comportamento da comunidade internacional com o País.

— Jamais haverá perigo de evasão das linhas de curto prazo e nem a violenta retaliação, que corre por conta da imaginação de muitas pessoas. O comportamento dos credores tem sido profissional. Estamos com seis meses de moratória, há problemas localizados na obtenção e renovação das linhas, aumento de custo do dinheiro, mas o nosso diálogo tem sido mais constante a partir de maio. Tem havido muita retórica, mas o Governo está empenhado em encontrar uma fórmula que atenda aos interesses dos dois lados.